

Entre barras e barreiras: revisão sobre saúde sexual e reprodutiva de mulheres presas

Between bars and barriers: a review on the sexual and reproductive health of women prisoners

Entre rejas y barreras: revisión sobre la salud sexual y reproductiva de mujeres encarceladas

Gabriela Garcia de Carvalho Laguna¹ , Yago Soares Fonseca² , Laiane Silva dos Santos² , Lidhane Santos Coelho² ,
Ana Clara Silva dos Santos² , Grasiely Faccin Borges² , Rodrigo Silva Santos² 

¹Universidade Federal da Bahia – Salvador (BA), Brasil.

²Universidade Federal do Sul da Bahia – Vitória da Conquista (BA), Brasil.

Resumo

Introdução: O Brasil ocupa a terceira posição no ranking mundial de mulheres privadas de liberdade, evidenciando um crescimento contínuo dessa população carcerária. Embora a Lei de Execução Penal determine que essas mulheres sejam mantidas em prisões exclusivas, a realidade mostra uma predominância de estabelecimentos mistos, comprometendo a garantia de direitos e o acesso a condições adequadas de encarceramento. **Objetivo:** Esta pesquisa objetiva descrever os impactos do encarceramento na saúde sexual e reprodutiva de mulheres privadas de liberdade na América Latina. **Métodos:** Trata-se de uma revisão guiada pelo *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR). Foram eleitos 203 estudos para análise, sendo 8 selecionados para compor a revisão. **Resultados:** Insegurança menstrual, falta de acesso de métodos contraceptivos, separação precoce do binômio mãe-bebê, dificuldade no acesso a exames de rastreamento de câncer e infecções sexualmente transmissíveis, além de violências institucionais, foram os principais pontos de discussão levantados nos estudos. **Conclusões:** A complexa e multifacetada problemática dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres presas reflete a fragilidade do sistema prisional que apresenta limitações, não conseguindo atender às especificidades desses públicos, o que destaca a necessidade de políticas públicas sensíveis a elas.

Palavras-chave: Saúde sexual; Saúde reprodutiva; Mulheres; Prisões.

Autora correspondente:

Gabriela Garcia de Carvalho Laguna
E-mail: gabrielagcl@outlook.com

Fonte de financiamento:

não se aplica.

Parecer CEP:

não se aplica.

TCLE:

não se aplica.

Procedência:

não encomendado.

Editor associado:

Francisco Eduardo da Fonseca Delgado

Avaliação por pares:

externa.

Recebido em: 27/11/2024.

Aprovado em: 15/05/2025.

Como citar: Laguna GGC, Fonseca YS, Santos LS, Coelho LS, Santos ACS, Borges GF, et al. Entre barras e barreiras: revisão sobre saúde sexual e reprodutiva de mulheres presas. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2025;20(47):4298. [https://doi.org/10.5712/rbmfc20\(47\)4598](https://doi.org/10.5712/rbmfc20(47)4598)



Abstract

Introduction: Brazil ranks third in the world for the number of women deprived of their liberty, highlighting the continuous growth of this incarcerated population. Although the Penal Execution Law mandates that these women be held in exclusive prisons, the reality shows a predominance of mixed facilities, compromising the guarantee of rights and access to adequate incarceration conditions. **Objective:** This study aims to describe the impacts of incarceration on the sexual and reproductive health of women deprived of their liberty in Latin America. **Methods:** The research follows the criteria of the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) and analyzed 203 studies, of which 8 were selected for review. **Results:** The main challenges identified include menstrual insecurity, lack of access to contraceptive methods, early separation of the mother-baby bond, difficulties in accessing cancer screening tests and sexually transmitted infections, as well as recurrent institutional violence. These factors demonstrate the fragility of the prison system and its inability to meet the specific needs of these women. **Conclusions:** The complexity of this issue requires careful attention and a multidisciplinary approach to ensure effective public policies that promote adequate assistance and guarantee respect for the sexual and reproductive rights of incarcerated women. Expanding research on this topic is essential to better understand these challenges and propose more effective intervention strategies.

Keywords: Sexual health; Reproductive health; Women; Prisons.

Resumen

Introducción: Brasil ocupa el tercer lugar en el mundo en número de mujeres privadas de libertad, evidenciando el crecimiento continuo de esta población encarcelada. Aunque la Ley de Ejecución Penal establece que estas mujeres deben ser alojadas en prisiones exclusivas, la realidad muestra una predominancia de establecimientos mixtos, lo que compromete la garantía de derechos y el acceso a condiciones adecuadas de encarcelamiento. **Objetivo:** Este estudio tiene como objetivo describir los impactos del encarcelamiento en la salud sexual y reproductiva de las mujeres privadas de libertad en América Latina. **Métodos:** La investigación sigue los criterios del Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) y analizó 203 estudios, de los cuales 8 fueron seleccionados para la revisión. **Resultados:** Los principales desafíos identificados incluyen inseguridad menstrual, falta de acceso a métodos anticonceptivos, separación temprana del binomio madre-bebé, dificultades en el acceso a pruebas de detección de cáncer e infecciones de transmisión sexual, además de la recurrencia de la violencia institucional. Estos factores demuestran la fragilidad del sistema penitenciario y su incapacidad para atender las necesidades específicas de estas mujeres. **Conclusiones:** La complejidad de esta problemática requiere una atención cuidadosa y un enfoque multidisciplinario para garantizar políticas públicas eficaces que promuevan una asistencia adecuada y aseguren el respeto por los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres encarceladas. Ampliar la investigación sobre este tema es fundamental para comprender mejor estos desafíos y proponer estrategias de intervención más efectivas.

Palabras clave: Salud sexual; Salud reproductiva; Mujeres; Prisiones.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país da América Latina com o maior número de pessoas privadas de liberdade, ocupando a terceira posição no ranking mundial dessa população. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, o número de prisões e a população privada de liberdade segue em crescimento, enquanto os países com maior número de detidos, como Estados Unidos, Rússia e China, apresentam uma tendência de diminuição.^{1,2}

Em relação à população feminina privada de liberdade, o Brasil ocupa a terceira posição no ranking mundial, evidenciando uma diferença significativa quando comparada à população masculina.³ O sistema prisional constitui-se como medida para a quitação de delitos penais e reinserção social dos sujeitos, contudo, existem diversas críticas à eficácia do modelo no país, perpassando diversas problemáticas, como superlotação e insalubridade, que predispõem a propagação de doenças; custo social, relacionado ao estigma e à diminuição das oportunidades da pessoa quando retorna à liberdade, bem como de sua família; além de desestruturação e disfuncionalidade do sistema descritas, inclusive, por profissionais inseridos nele.^{2,3}

Quando detidas, as mulheres muitas vezes não têm suas especificidades devidamente reconhecidas e respeitadas. Embora consoante a Lei de Execução Penal, essa população deve estar em prisões

próprias para mulheres, contudo há mais estabelecimentos mistos do que unidades exclusivas a elas. Isso contribui para a privação de tratamento adequado a suas necessidades, direitos básicos e condições mínimas para sua dignidade, como itens de higiene pessoal, atendimento ginecológico, acesso ao pré-natal e segurança, estando sujeitas à violência sexual comumente relatadas nesses espaços.⁴

A literatura sobre a temática avançou nos últimos anos. Foram realizadas revisões sobre gravidez, maternidade e saúde reprodutiva, principalmente nos Estados Unidos e no Canadá,^{5,6} além de análises específicas direcionadas à população no cárcere, como mulheres negras,⁷ mulheres, pessoas trans e não binárias libertas da prisão.⁸ A literatura latino-americana e nacional sobre o tema, entretanto, ainda é limitada, e esta pesquisa visa complementá-la, tendo por objetivo descrever acerca do encarceramento na saúde sexual e reprodutiva de mulheres privadas de liberdade na América Latina, a fim de contribuir para uma melhor assistência à saúde dessa população a partir do reconhecimento de suas demandas. A investigação está embasada em uma revisão integrativa da literatura, considerando aspectos como acesso a métodos contraceptivos, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, acompanhamento pré-natal e vivência da maternidade no cárcere.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa, norteadas pela questão de investigação: “Quais os impactos do encarceramento na saúde sexual e reprodutiva de mulheres privadas de liberdade na América Latina?”. Esse tipo de pesquisa, de acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011),⁹ constitui-se nas seguintes etapas: 1) Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3) Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4) Categorização dos estudos selecionados; 5) Análise e interpretação dos resultados; e 6) Apresentação da revisão/síntese do conhecimento. A pesquisa foi conduzida de acordo com os critérios do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR).¹⁰

Foram incluídos estudos originais, publicados entre 2018 e 2023, nos idiomas português, inglês ou espanhol, desde que respondessem à questão de investigação. Foram excluídos estudos duplicados, revisões de qualquer tipo, gêneros textuais como cartas e editoriais; artigos publicados fora do período estipulado ou em idiomas distintos dos estabelecidos, além daqueles que não abordavam o contexto de países latino-americanos ou não apresentavam relação direta com o objetivo da pesquisa.

Cinco estratégias de busca foram definidas por meio da combinação do operador booleano *AND* com os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Saúde reprodutiva”, “Mulheres”, “Prisões”, “Instalações correcionais”, “Encarcerados”, “Prisioneiros”, “Direitos dos prisioneiros”. Essas estratégias foram replicadas para os idiomas inglês e espanhol. As buscas foram realizadas em outubro/2023 nas bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Base de Dados em Enfermagem (BDENF), *Índice Bibliográfico Espanhol em Ciencias de la Salud* (Ibecs) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

O aplicativo da web Rayyan¹¹ foi utilizado para armazenamento e triagem inicial dos estudos, por meio da leitura dos títulos e resumos. Os artigos elegíveis foram, então, lidos na íntegra. Os seguintes dados foram extraídos, categorizados e analisados com o auxílio do Excel: autor e ano de publicação, objetivo do estudo, delineamento e local da pesquisa, método utilizado, amostra e principais resultados. A categorização dos estudos foi realizada considerando a abordagem metodológica, temática central e população estudada. Os dados quantitativos foram apresentados em valores absolutos e/ou percentuais, conforme análise estatística descritiva.

Essa etapa foi conduzida por dois revisores independentes e cegados (GGCL e YSF), garantindo maior rigor metodológico e minimizando possíveis vieses na seleção e análise dos dados.

RESULTADOS

Na etapa de identificação, foram encontrados o total de 954 estudos, dos quais 417 foram triados após a aplicação do filtro no período entre 2018 e 2023. Na etapa de seleção, 294 artigos foram excluídos por estarem duplicados, 22 por serem revisões, 2 por serem de outro gênero (cartas), 1 por ser estudo com animais e 89 por não atenderem ao objetivo deste estudo. Na etapa de elegibilidade, os nove títulos restantes foram lidos na íntegra. Na etapa de inclusão, oito artigos selecionados foram incluídos e tabulados para compor a amostra bibliográfica desta pesquisa (Figura 1).

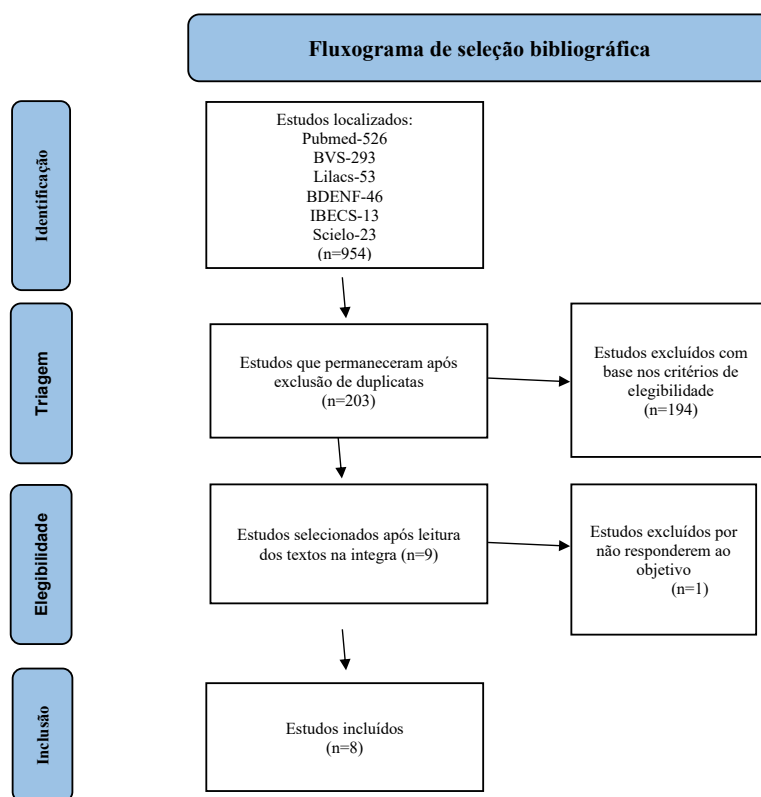


Figura 1. Fluxograma de seleção bibliográfica.

Esta revisão foi constituída por oito estudos, sendo sete qualitativos e um quantitativo. A amostra dos estudos totalizou 2.968 participantes, composta por mulheres em regimes prisionais fechados, semiabertos de reclusão ou já em situação de liberdade. A distribuição geográfica da análise contemplou latino-americanos que viviam em Cochabamba, na Bolívia (n=1); na região centro-sul do Texas, nos Estados Unidos (n=1); e no Brasil (n=6), contemplando os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pará, Rondônia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, São Paulo e Paraná. Conforme demonstram os desfechos, o sistema prisional feminino aponta diversas fragilidades e desafios a serem superados (Quadro 1).

Quadro 1. Caracterização individual dos estudos incluídos acerca dos principais impactos do encarceramento nos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres.

Autor e ano	Tipo de estudo e país	Objetivo	Método	Desfechos
Villarroel-Torrico et al. 2018 ¹²	Estudo qualitativo Bolívia	Determinar a prevalência e os fatores associados à infecção por sífilis, HIV, hepatite B e herpes vírus tipo 2 em mulheres privadas de liberdade na prisão de San Sebastián, em Cochabamba (Bolívia).	Entrevistas individuais com 219 mulheres	A prevalência de sífilis, herpes simples (HSV2), HIV e Hepatite B crônica (HBV) foi de 12,8%, 62,6%, 1,4% e 0,5%, respectivamente. A sífilis e o HSV2 foram associados à baixa escolaridade e à presença de parceiros sexuais casuais. O HBV esteve associado à baixa escolaridade, idade e ter mais de três filhos.
Santana et al. 2020 ¹³	Estudo quantitativo Brasil	Analisar a prevalência de sífilis ao longo da vida e fatores de risco associados entre mulheres presas no Brasil.	Entrevistas individuais com 1.327 mulheres	A prevalência de anticorpos contra a sífilis foi de 11% e estava associada a outros fatores, como falta de moradia, maior prevalência na etnia/raça negra ou parda, ter sofrido violência sexual (quase um terço tinham sofrido) e abortos anteriores. A prevalência de sífilis foi menor entre as que tiveram exposição à educação sexual e reprodutiva na escola.
De Oliveira et al. 2020 ¹⁴	Estudo qualitativo Brasil	Analisar a vulnerabilidade de mulheres a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e câncer de colo uterino em uma unidade prisional.	Entrevistas individuais com 28 mulheres	Há fragilidades no sistema prisional relacionadas à efetividade de ações educativas, preventivas e assistenciais perante a saúde reprodutiva e sexual das mulheres em reclusão. Destacou-se a falta de rastreio de ISTs, bem como de câncer de mama e de colo uterino.
de Araújo, et al. 2020 ¹⁵	Estudo qualitativo Brasil	Descrever a saúde socioeconômica e reprodutiva de mulheres em presídios brasileiros e a assistência específica recebida no sistema prisional.	Entrevistas individuais com 1.327 mulheres	Há o abandono pela família, pelos companheiros e pelo próprio sistema, evidenciados em cerca de 32% delas não receberem visitas na prisão, 90% não receberem visita íntima, 69,9% não usarem preservativos e apenas 15% receberem preservativos de forma gratuita.
Dalenogare et al. 2022 ¹⁶	Estudo qualitativo Brasil	Analisar as vulnerabilidades e as perspectivas de reestruturação da vida de mulheres que vivenciaram a maternidade no cárcere.	Entrevistas individuais com sete mulheres	As mulheres são induzidas a viverem a maternidade de forma perfeita e são violentadas e desamparadas pelo Estado o tempo inteiro frente à abolição de sua autonomia sobre o próprio corpo, inclusive sobre a amamentação.
Crawford et al. 2022 ¹⁷	Estudo qualitativo Estados Unidos	Examinar a violência sexual em mães latinas que haviam vivenciado o encarceramento e, portanto, estavam envolvidas no sistema de justiça.	Entrevistas individuais com 12 mulheres	O encarceramento e a violência sexual levaram à discriminação, autonomia corporal limitada, exploração sexual, uso de substâncias, depressão, ansiedade, retraumatização, reincidência, subnotificação de violência, subutilização de recursos de saúde, relacionamentos tensos, separação familiar e ambientes inseguros.
Nunes et al. 2020 ¹⁸	Estudo qualitativo Brasil	Analisar o exercício das práticas de cuidado materno na prisão.	Entrevistas individuais com seis mulheres	As práticas de cuidado materno no sistema prisional são atravessadas pelas normas prisionais e pelas normas de saúde/cuidado que convergem em dinâmicas que buscam beneficiar o bebê, sem deixar de punir a mulher.
Medeiros et al. 2022 ¹⁹	Estudo qualitativo Brasil	Analisar as representações sociais da maternidade de mulheres gestantes, lactantes e que vivenciaram a gestação em privação de liberdade no sistema prisional.	Entrevistas individuais com 42 mulheres	Como fatores deletérios, evidenciou-se a separação do filho, o excesso de preocupações e o sentimento de culpabilização. Agrega-se a esse contexto a inexistência da visita íntima, em contraponto ao direito da sexualidade.

O maior destaque apresentado nos estudos diz respeito às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Cerca de 33,34% das mulheres privadas de liberdade possuem sintomas e sinais sugestivos de ISTs, porém, dessas, apenas 35,37% receberam a confirmação por meio de exames diagnósticos.¹⁵ As infecções mais prevalentes foram pelo vírus da sífilis, herpes simples tipo 2, HIV e hepatite B. Todavia, não foi possível identificar se as doenças foram contraídas antes ou após o encarceramento.

Ademais, o percentual de utilização de preservativos por detentas que mantêm vida sexual ativa dentro da unidade prisional foi de 1,95%.¹² Entre os motivos para a não adesão ao método, foram citados: confiança no parceiro, falta de adaptação ao uso, falta da disponibilização gratuita de preservativos na unidade prisional, carência de acesso e desconhecimento sobre as formas de utilização. No que concerne às mulheres que mencionaram conhecer a importância sobre o uso correto do preservativo, 100% relataram que foram instruídas antes do período de reclusão, sendo a Atenção Primária em Saúde e a escola os principais veículos de informação.¹⁴

Ainda, em 12,5% dos estudos foi destacada a restrição da autonomia sobre os seus próprios corpos após a prisão,¹⁷ deixando-as vulneráveis a violências de cunho sexual, verbal e física. Nessa égide, pelo menos 15,5% das mulheres afirmaram terem sido vítimas de abuso sexual, enquanto 5% optaram por não responder.¹² Associado a isso, foram descritos os sentimentos de medo, inutilidade, baixa autoestima e desumanização. Outrossim, vale destacar que, embora citados, os percentuais relativos aos outros tipos de violência sofridos não foram quantificados.

A vivência da gestação e maternidade no cárcere mostraram-se como complexas e fragilizadas frente à permissão da manutenção da violência física e institucional durante a gravidez e no puerpério, ao ditar a forma que a maternidade deve ser conduzida, retirar a autonomia sobre o próprio corpo e punir aquelas em que a maternidade não segue o modelo determinado pelo Estado, seja com uma avaliação ruim no julgamento frente ao juiz ou um menor tempo com o filho para aquelas que não conseguem amamentar.^{16,18}

Existe uma expectativa de poder deixar a prisão junto ao filho, seguida da separação, marcada também pelo desamparo familiar e do Estado.¹⁶ Ademais, a maternidade compulsória em período integral, quando seguida por um momento de separação familiar, é acompanhada por sentimentos de angústia e culpa ou transtornos psiquiátricos, como o transtorno depressivo ou transtorno de ansiedade generalizada.^{17,19}

DISCUSSÃO

Existem muitos desafios a serem enfrentados por mulheres privadas de liberdade, sobretudo na esfera da saúde sexual e reprodutiva. As fragilidades do sistema prisional refletem na prevalência de ISTs, desamparo na assistência à saúde, bem como taxas elevadas de baixo nível de escolaridade e informação, podendo esses serem um dos aspectos determinantes da problemática no ambiente carcerário.¹⁴

Embora existam leis que garantam o acesso à saúde para a população privada de liberdade, esse serviço não é ofertado com a qualidade proposta, haja vista que a única forma de acesso à informação dá-se por meio da própria instituição a qual estão sob custódia, salientando a importância da análise dos desafios institucionais a serem superados, em conjunto com o contexto social das detentas e as condições ambientais do cárcere.^{20,21}

As condições socioeconômicas, a quantidade de parceiros sexuais, o conhecimento sobre a transmissibilidade de ISTs e o acesso a rede de saúde e meios preventivos são pontos-chave que devem

ser abordados a fim de que possa-se traçar metas de minimização dessa problemática — levando em consideração suas percepções e especificidades.^{14,15,22}

O abandono familiar, principalmente pelos parceiros, é explicado em partes pelas limitações impostas pelo sistema prisional quanto à visitação, justificado em unidades pela falta de espaços para sua realização; e em parte mediante uma visão discriminatória e preconceituosa em que as mulheres privadas de liberdade são expostas por se tornarem motivo de vergonha maior para a família, o que reflete negativamente na manutenção de laços afetivos e sociais.^{15,19,23} O fator socioeconômico impacta e agrava tal problemática, seja pela falta de recursos financeiros para deslocamento das famílias até os centros de detenção ou por antecedentes criminais de companheiros ou outros membros familiares, em que muitos também estão detidos ou são procurados pela polícia.²⁴

No que tange à maternidade, a separação do binômio, o desamparo Estatal, a falta de autonomia sobre o próprio corpo, a dificuldade na amamentação, o excesso de preocupações e o sentimento de culpabilização são os principais fatores que impactam diretamente na saúde física e emocional materna.^{16,19,20} Análises das vulnerabilidades e as perspectivas de mulheres que vivenciaram a maternidade no cárcere demonstram que a assistência pré-natal apresenta falhas que influenciam nos indicadores de saúde maternos e neonatais.^{25,26} Em suma, a literatura evidencia que a privação de liberdade afeta uma população extremamente vulnerável de mulheres e crianças e é acompanhada por transtornos físicos e psíquicos para tal binômio.²⁷

Somados a esses fatores, o uso de substâncias, a autonomia corporal limitada, exploração sexual, depressão, ansiedade, retraumatização, reincidência, subnotificação de violência e a falta de condições sanitárias dignas e de estruturas mínimas de bem-estar foram aspectos recorrentes no período de encarceramento,¹⁷ sendo pontos importantes de reflexões sobre a garantia do direito à saúde por estas mulheres.²⁸

CONCLUSÃO

Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres privadas de liberdade enfrentam desafios estruturais e institucionais que comprometem sua saúde e dignidade. A precariedade do sistema prisional acarreta insegurança menstrual, alta prevalência de infecções sexualmente transmissíveis, separação do binômio mãe-filho, restrição da autonomia corporal e exposição a diversas formas de violência.

Além do encarceramento, essas condições impactam a reintegração social, refletindo-se em altas taxas de retraumatização e reincidência. A ausência de suporte adequado perpetua um ciclo de exclusão, dificultando a ressocialização e ampliando desigualdades sociais. O direito à saúde sexual e reprodutiva no cárcere não é apenas uma questão técnica, mas uma necessidade e um direito.

As limitações metodológicas desta pesquisa refletem as dificuldades de acesso às detentas e as barreiras para obtenção de dados precisos, o que compromete a formulação de políticas públicas eficazes. A escassez de informações reforça a necessidade de investigações mais aprofundadas e metodologias que garantam maior representatividade e robustez dos achados.

Lidar com essas problemáticas demanda medidas concretas, como a capacitação de profissionais de saúde, ampliação do acesso a serviços ginecológicos e obstétricos, implementação de políticas públicas específicas e o suporte psicológico contínuo. A formulação de estratégias baseadas em evidências e a adoção de iniciativas estruturais são fundamentais para garantir assistência adequada a essa população, promovendo um sistema prisional mais digno e equitativo, com impactos positivos na saúde e na reintegração social das mulheres.

CONFLITO DE INTERESSES

Nada a declarar.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

GGCL: Conceituação, Curadoria de dados, Análise formal, Escrita – primeira redação, Escrita – edição e revisão. GFB: Conceituação, Escrita – edição e revisão. RSS: Conceituação, Escrita – edição e revisão. YSF: Curadoria de dados, Análise formal, Escrita – primeira redação, Escrita – edição e revisão. LSS: Curadoria de dados, Análise formal, Escrita – primeira redação, Escrita – edição e revisão. LSC: Curadoria de dados, Análise formal, Escrita – primeira redação, Escrita – edição e revisão. ACSS: Curadoria de dados, Análise formal.

REFERÊNCIAS

1. JusBrasil. CNJ divulga dados sobre nova população carcerária brasileira [Internet]. Jusbrasil; 2014 [acessado em 14 out. 2023]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira/129733348>
2. Lobo TMC. Novos dados do sistema prisional reforçam políticas judiciais do CNJ [Internet]. CNJ; 2021 [acessado em 14 out. 2023]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/novos-dados-do-sistema-prisional-reforcam-politicas-judiciarias-do-cnj/>
3. Carneiro B. Brasil ultrapassa Rússia e se torna país com 3º maior número de mulheres presas [Internet]. CNN Brasil; 2022 [Acessado Em 18 Nov. 2023]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-ultrapassa-russia-e-se-torna-pais-com-3-maior-numero-de-mulheres-presas/>
4. Kallas MR. A falência do sistema prisional brasileiro: um olhar sobre o encarceramento feminino. Dis Manag [Internet]. 2019 [acessado em 14 out. 2023];17(1):62-89. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemovimento/article/view/76>
5. Friedman SH, Kaempf A, Kauffman S. The realities of pregnancy and mothering while incarcerated. J Am Acad Psychiatry Law. 2020;48(3):365-75. <https://doi.org/10.29158/JAAPL.003924-20>
6. Paynter M, Heggie C, McKibbin S, Martin-Misener R, Iftene A, Murphy GT. Sexual and reproductive health outcomes among incarcerated women in Canada: a scoping review. Can J Nurs Res. 2022;54(1):72-86. <https://doi.org/10.1177/0844562120985988>
7. Crawford AD, Ricks TN, Polinard E, Abbyad CW. What is known about reproductive autonomy among justice-involved black women?: a scoping review. J Transcult Nurs. 2023;34(5):375-88. <https://doi.org/10.1177/10436596231183180>
8. Paynter M, Heggie C, Low C, McKibbin S, Martin-Misener R. Community-based models of health care for women, trans and nonbinary people released from prisons: An international scoping review with implications for Canada. J Clin Nurs. 2023;32(13-14):3277-94. <https://doi.org/10.1111/jocn.16464>
9. Botelho LLR, Cunha CCA, Macedo M. O método de revisão integrativa nos estudos observacionais. Gestão Soc. 2011;5(11):121-36. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
10. Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. Ann Intern Med. 2018;169(7):467-73. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>
11. Shanaa A. Rayyan - AI Powered Tool for Systematic Literature Reviews [Internet]. Rayyan Systems. 2021 [acessado em 13 out. 2023]. Disponível em: <https://www.rayyan.ai/>
12. Villarroel-Torrico M, Montañó K, Flores-Arispe P, Jeannot E, Flores-León A, Cossio N, et al. Sífilis, virus de la inmunodeficiencia humana, herpes tipo 2 y hepatitis B en una prisión de mujeres en Cochabamba, Bolivia: prevalencia y factores de riesgo. Rev Esp Sanid Penit [Internet]. 2018 [acessado em 25 out. 2023];20(2):47-54. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1575-06202018000200047&script=sci_arttext
13. Santana RS, Kerr L, Mota RS, Kendall C, Rutherford G, McFarland W. Lifetime syphilis prevalence and associated risk factors among female prisoners in Brazil. Sex Transm Dis. 2020;47(2):105-10. <https://doi.org/10.1097/OLQ.0000000000001113>
14. de Oliveira JLT, Pacheco ZML, Senna CA. Vulnerabilidade de mulheres às infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo uterino em uma unidade prisional. Rev APS. 2020;23(4):853-72. <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2020.v23.16424>
15. de Araújo PF, Kerr LRFS, Kendall C, Rutherford GW, Seal DW, da Justa Pires Neto R, et al. Behind bars: the burden of being a woman in Brazilian prisons. BMC Int Health Hum Rights. 2020;20(1):28. <https://doi.org/10.1186/s12914-020-00247-7>
16. Dalenogare G, Maffaccioli R, Vieira LB, Dotta RM. Women, prisons, and freedom: experiences of former female inmates from the prison system in Rio Grande do Sul, Brazil. Ciên Saúde Colet. 2022;27(12):4531-40. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222712.11462022>

17. Crawford AD, McGlothen-Bell K, Cleveland LM. "I did whatever they wanted me to do": a qualitative secondary analysis using reproductive justice to explore sexual violence among justice-involved Latina mothers. *BMC Public Health*. 2022;22(1):1453. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13865-8>
18. Nunes LR de C, Deslandes SF, Jannotti CB. Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão: a encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. *Cad Saúde Pública*. 2020;36(12):e00215719. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00215719>
19. Medeiros AB de, Silva GWDS, Lopes TRG, Carvalho JBL de, Caravaca-Morera JA, Miranda FAN de. Social representations of motherhood for women deprived of liberty in the female prison system. *Ciêns Saúde Colet*. 2022;27(12):4541-51. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022712.11522022>
20. Tres AB, de Sena AD, Caires DA, de Lima IMB, Coelho K, Rigo LE, et al. Saúde sexual e reprodutiva no cárcere: discussão sobre os desafios das mulheres privadas de liberdade. *Rev Eletr Acervo Saúde*. 2021;13(7):e7891. <https://doi.org/10.25248/reas.e7891.2021>
21. de Souza Minayo MC, Constantino P. Deserdados sociais: condições de vida e saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro [Internet]. SciELO - Editora FIOCRUZ; 2015 [acessado em 18 nov. 2023]. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=C7BGDwAAQBAJ>
22. Costa EDS, Santos JDM, Rocha MRC, Viana LMM, Oliveira DM, Silva BDJC, et al. Mulheres encarceradas: perfil, sexualidade e conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis. *Rev Uningá*. 2017;52(1):23-8. <https://doi.org/10.46311/2318-0579.52.eUJ1388>
23. Figueiredo ACC, Granja RPG. Laços familiares e afetivo-sexuais de mulheres nas prisões brasileiras e portuguesas. *Rev Subj*. 2020;20(3):e10358. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e10358>
24. Grizente I, Dantas R. As Mulheres nas prisões brasileiras. *Rev Scientiarum Historia*. 2018;1(1):8. https://doi.org/10.51919/revista_sh.v1i1.211
25. Silva JFT, Coelho ACVD, da Silva RF, de Sousa EO, Araujo GB, de Moura LC, et al. A violação da gravidez e à maternidade no sistema prisional: impactos à saúde da mulher e da criança. *Braz J Develop*. 2022;8(1):2563-77. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-166>
26. Carvalho CFD, Costa LG, Ferreira SBF. Encarceradas, pobres e estigmatizadas: uma análise feminista sobre um sistema prisional androcêntrico. In: Outeiro GM, Santos JLR, Ferreira LO, Barros RRF, Oliveira RPL, Ramos LS, editores. *Direitos humanos: desafios contemporâneos* [Internet]. 2023 [acessado em 31 de out. 2023]. Disponível em: https://www.rfbeditora.com/_files/ugd/baca0d_fc674dd36bd14f529bc83ebf03172c8b.pdf#page=140
27. Santos DSS dos, Camargo CL de. O cuidado à criança no contexto prisional: percepções dos profissionais de saúde. *Saúde Debate*. 2023;46(esp. 5):221-35. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E518>
28. Barra BLL, Paiva ERS, Lopes MMM, Paiva MJ, Lima MFAP. Ações em saúde para mulheres privadas de liberdade: relato de experiência. *Rev Extendere*. 2023;9(1):16-28. <https://doi.org/10.59776/2318-2350.2023.5310>